

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Primeira Relatoria

Panorama, cenários e desafios dos Municípios da região do Vale do Araguaia –TO

Wellane M. D. Silva
(Auditora de Controle Externo/Assessora de Gabinete de Conselheiro)



Por que tratar sobre cenários e desafios?

- Início do mandato 2025-2028
- Diagnóstico da situação atual/legado dos 4 anos
- Discussão e aprovação do PPA 2026-2029



Objetivos:

1. Apresentar síntese da EC nº 109/2021 e principais impactos na gestão municipal (mandato 2025-2028 e elaboração do PPA 2026-2029);
2. Estimular a coleta e discussão de dados e indicadores municipais apresentando dados de levantamento preliminar de alguns indicadores dos Municípios vinculados à 1ª Relatoria



1 – Quais as principais demandas do seu Município?

2 – Qual a média do orçamento anual?

3 – Quais as políticas públicas em andamento?

1 – Quais as principais demandas do seu Município?

Aumentar qte. matrículas na ed. infantil?

Melhorar a qualidade do ensino?

Reduzir a desigualdade nos resultados de aprendizagem?

Reduzir índice de mortalidade infantil?

Reduzir desnutrição?

Aumentar % cobertura vacinal?

Reduzir índice de pobreza?

2 – Qual a média do orçamento anual?

3 – Quais as políticas públicas em andamento?

1 – Quais as principais demandas do seu Município?

2 – Qual a média do orçamento anual?

3 – Quais as políticas públicas em andamento?

Qual a média de arrecadação dos últimos 3 anos?

Quais as principais fontes de recursos do Município?

Qual o histórico de valor anual das despesas de cada Secretaria (educação, saúde, assistência social, etc)?

Quais os principais itens de gasto?

1 – Quais as principais demandas do seu Município?

2 – Qual a média do orçamento anual?

3 – Quais as políticas públicas em andamento?

Quais as políticas implementadas no ciclo anterior?

O que deu certo e pode ser mantido? O que precisa melhorar?

Como os problemas e demandas locais são levantados e evidenciados?

Quais as potencialidades do município?

Quem/qual setor é responsável por organizar o planejamento municipal?

EC 109/2021 - O desafio do controle fiscal *versus* maximização de resultados das políticas públicas



- A obrigatoriedade de avaliação das políticas públicas

(Art. 37, §16 da CF)

§ 16. Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, **devem** realizar **avaliação das políticas públicas**, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.

- Art. 165. (...PPA, LDO e LOA)

§ 16. **As leis** de que trata este artigo devem observar, no que couber, os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas previstos no § 16 do art. 37 desta Constituição. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021\)](#)

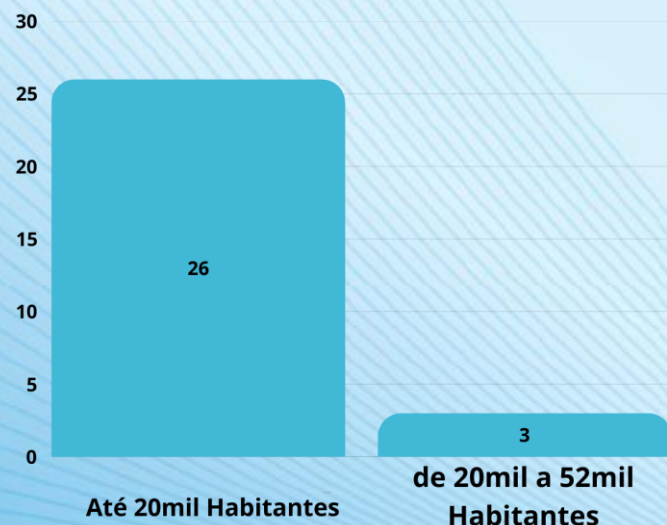
- Art. 167-A – Despesas correntes x Receitas Correntes – 95%
- Art. 29-A – Limite de despesa da Câmara Municipal (a partir de 2025)

Dados gerais dos municípios vinculados à 1ª Relatoria (Fonte IBGE 2022)

Maioria dos
Municípios são de
Pequeno Porte I

População Ocupada:
Entre 9,84% a 24,36%

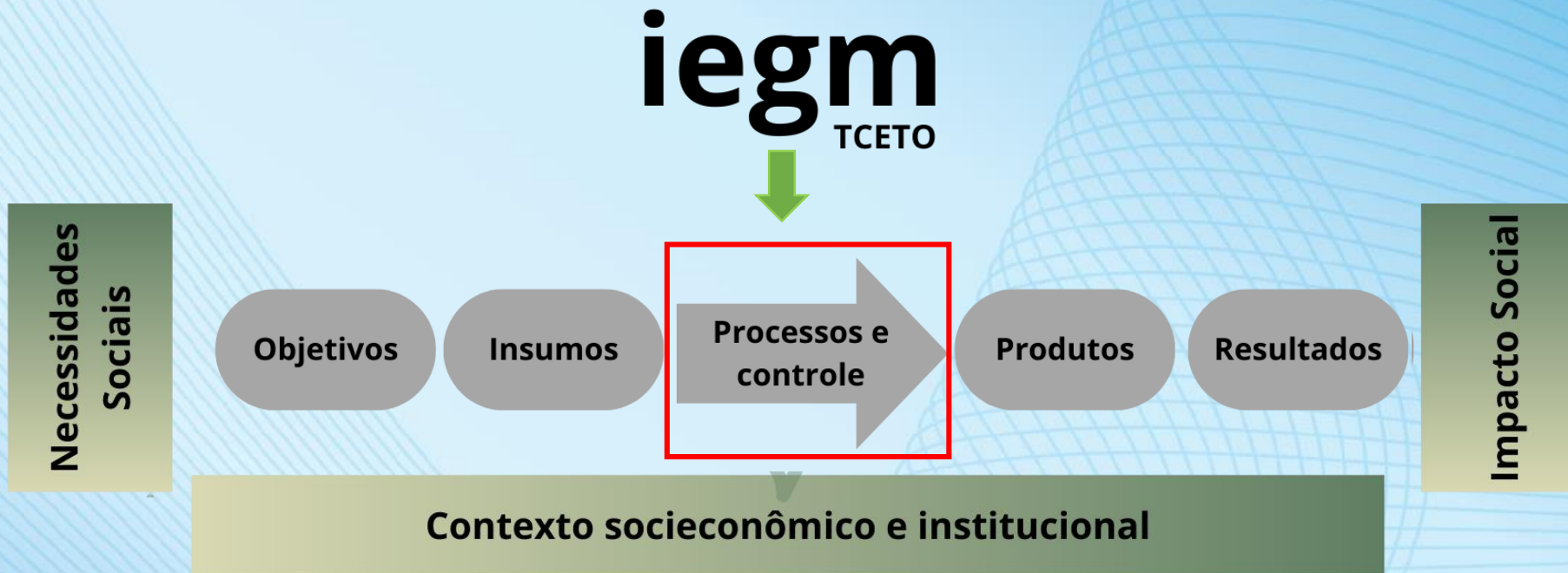
Municípios X Habitantes



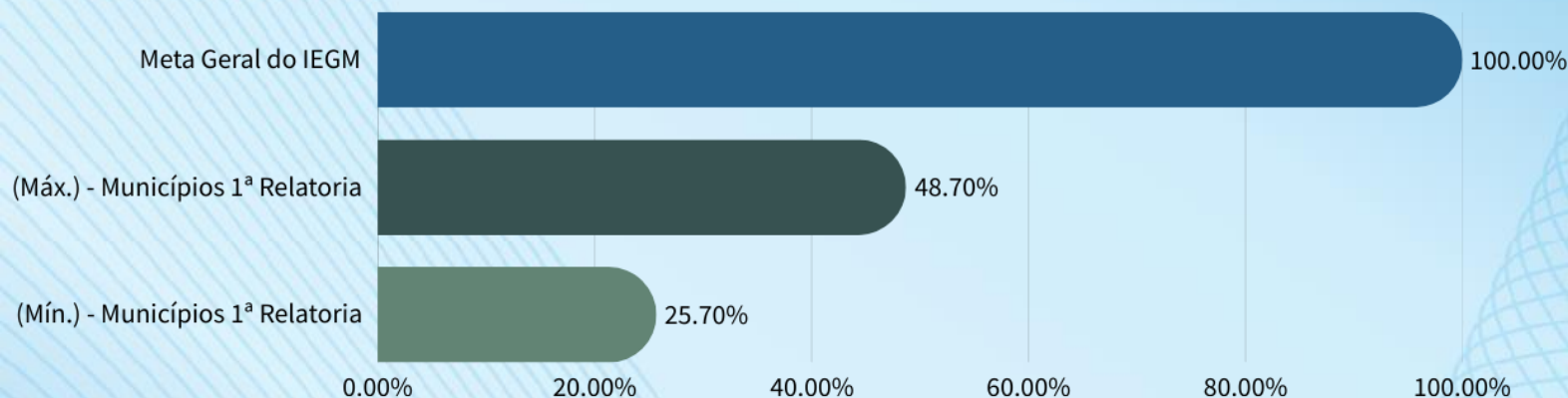
PIB Per Capita



IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal



Resultados IEGM 2023/2024 – Lista de Municípios Relt1



Notas:

A (Altamente Efetiva) = Acima de 90%

B+ (Muito Efetiva) = entre 75% a 89,9%

B (Efetiva) = entre 60% a 74,9%

C+ (Em fase de Adequação) = entre 50% a 59,9%

C (Baixo Nível de Adequação) = menor que 49,9%

-(**Proc. 15.516/24**) O resultado indica fragilidades na implementação de políticas públicas e no gerenciamento de recursos.

-**Desafios:** dificuldades em alinhar **planejamento** com execução prática (i-Plan); ausência de mecanismos eficazes e monitoramento de resultados educacionais; **demora no atendimento** básico de saúde, persistência de lixões a céu aberto/resíduos sólidos.

Despesa empenhada anual 2023

(Fonte: SICAP/Contábil)

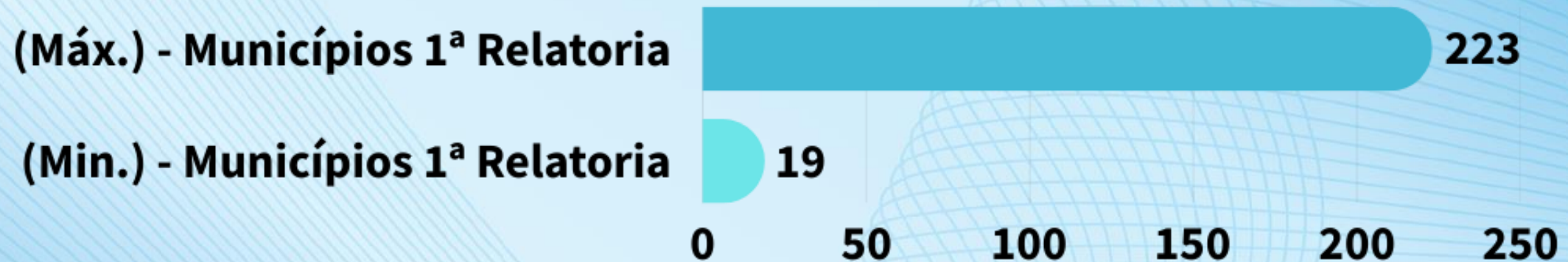


Gráfico em Milhões de Reais.

SAÚDE E PRIMEIRA INFÂNCIA

(Fonte: TCE-GO/Pacto Nacional pela Primeira Infância – Carta de Indicadores de Municípios)

Proporção de cobertura pré-natal

Alerta Máximo - De 0 até 49,9%
Cuidado e Alerta - De 50% até 89,9%
Parabéns - Igual ou maior que 90%

26 Municípios
em Alerta Máximo e Cuidado e Alerta
(Abaixo de 90%)

**Taxa de mortalidade infantil
(até 1 ano de vida)**

Alerta Máximo - Igual ou Maior que 20%
Cuidado e Alerta - De 10% até 19,9%
Parabéns - Menor que 9,9%

15 Municípios
em Alerta Máximo e Cuidado e Alerta
(Acima de 10%)

Imunização contra poliomielite

Alerta Máximo - Menor que 49,9%
Cuidado e Alerta - De 50% até 94,9%
Parabéns - Igual ou maior que 95%

18 Municípios
em Cuidado e Alerta
(de 50 a 94,9%)

**Crianças em domicílio
de baixa renda**

Alerta Máximo - Maior ou igual que 50%
Cuidado e Alerta - De 25% até 49,9%
Parabéns - Menor que 25%

28 Municípios
em Alerta Máximo
(maior ou igual que 50%)

EDUCAÇÃO - Acesso e qualidade do ensino

(Fonte: INEP e TCE/TO. Ano base/2023)

**Acesso a Educação Infantil
(4 a 5 anos)**

Meta: 100%

**11 Municípios com menos de 90% de Crianças
de 4 a 5 anos matriculadas.**

META IDEB AI

**Apenas 2 Municípios
atigiram a nota IDEB
6.0**

**IDEB AI - AVANÇO 2019 A
2023**

**14 Municípios
Regrediram**

**9 Municípios
Avançaram**

**6 Municípios se
mantiveram ou estão
sem referencia**

EDUCAÇÃO - Acesso e qualidade do ensino

(Fonte: INEP e TCE/TO. Ano base/2023)

**CNCA (% de crianças
alfabetizadas até 2º ano)**

**19 Municípios
(Nível 0 a 1)
(até 50%)**

**5 Municípios
(Nível 2)
(até 60%)**

**4 Municípios
(Nível 3)
(entre 60% a 70%)**

Média Custo Aluno/Ano

Mínimo: R\$ 11.506,50

Máximo: R\$ 22.184,21

**Acesso ao Cargo de
Diretores/Gestores
(Meta 19 do PNE)**

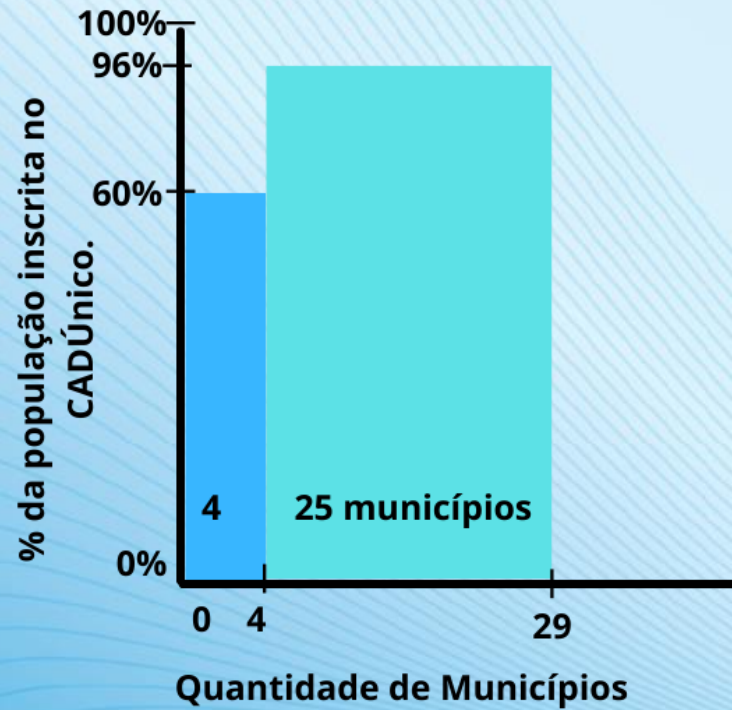
24 Municípios

**0% selecionados por
eleição e critérios
técnicos.**

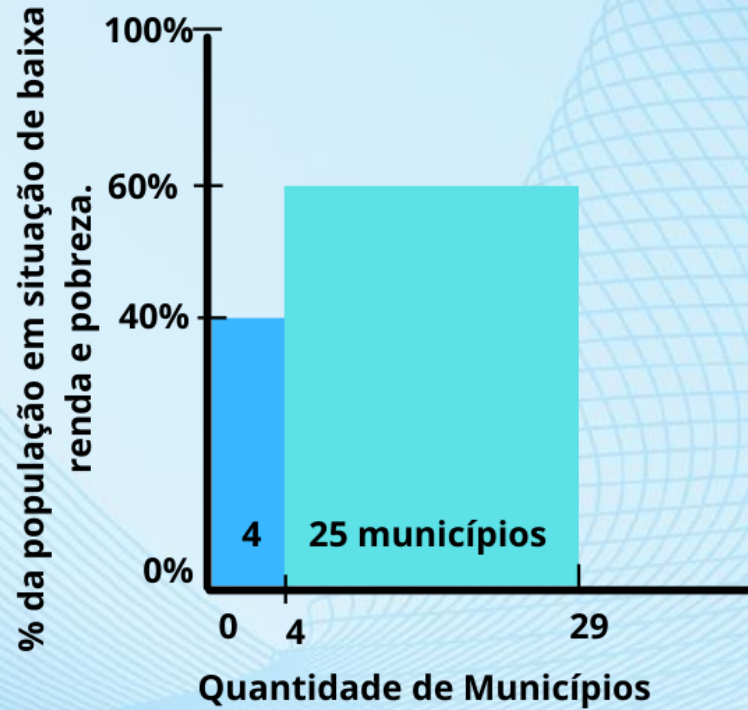
Assistência Social

(Fonte: Min. Des. Social. Base Março/2025)

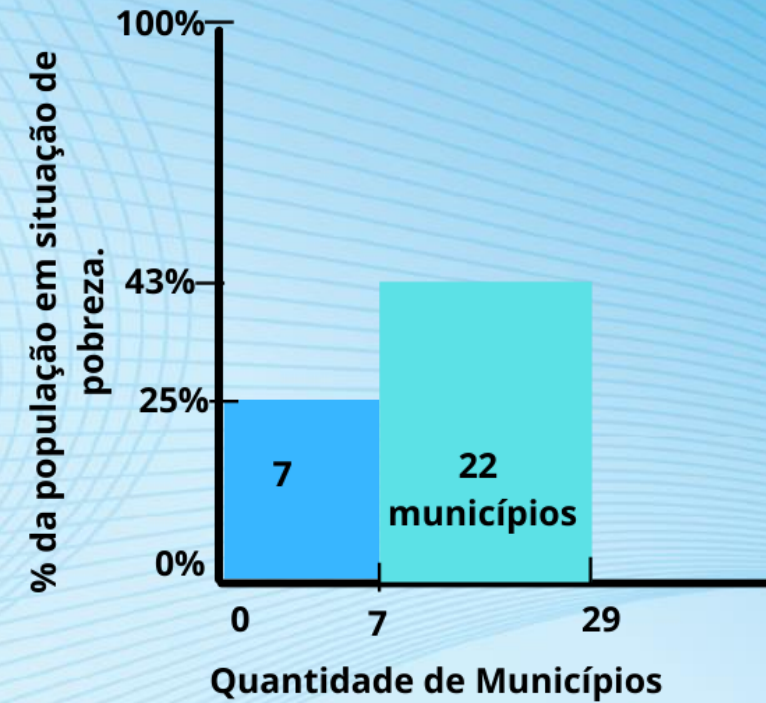
Qtde. de Municípios com mais de **60% da população** cadastrada no CADÚnico



Qtde. de Municípios com mais de **40% da população** em situação de pobreza e baixa renda



Qtde. de Municípios com mais de **25% da população** em Situação de Pobreza



Portal da transparência dos Municípios

(Fonte: Radar da transparência/IRB - Ano base 2024)

Poder Executivo

- Diamante: 10
- Intermediário: 7
- Ouro: 4
- Inexistente: 3
- Prata: 3
- Elevado: 2

Poder Legislativo

- Diamante: 12
- Inexistente: 8
- Ouro: 3
- Intermediário: 2
- Elevado: 2
- Prata: 1
- Básica: 1

Faixa de Transparência	Nível mínimo de Transparência	Requisito adicional
Diamante	Entre 95% e 100%	100% dos critérios essenciais
Ouro	Entre 85% e 94%	100% dos critérios essenciais
Prata	Entre 75% e 84%	100% dos critérios essenciais
Elevado	Entre 75% e 100%	Menos de 100% dos critérios essenciais
Intermediário	Entre 50% e 74%	-
Básico	Entre 30% e 49%	-
Inicial	Entre 1% e 29%	-
Inexistente	0%	-



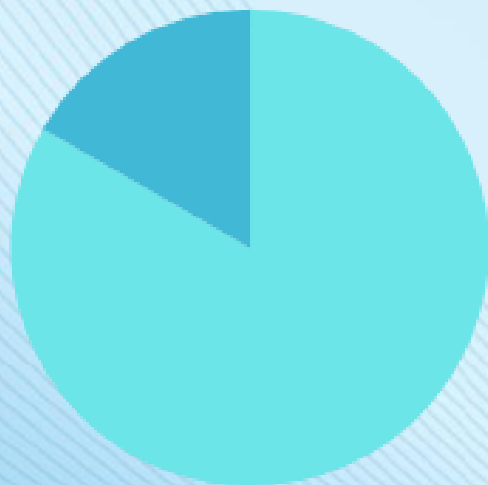
RPPS – Previdência

(Fonte: Ministério da Previdência – Publicação dez/2024)

Porte

Médio Porte

2



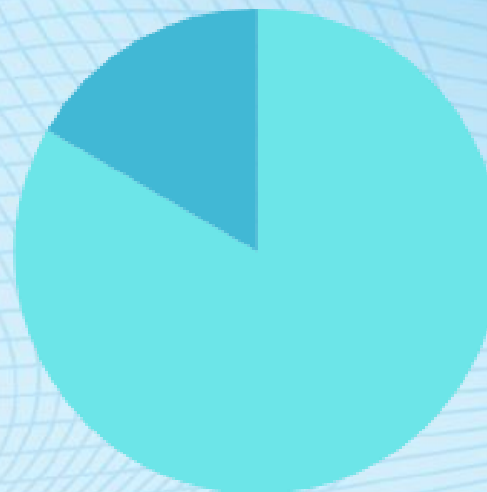
Pequeno Porte

10

Maturidade

Maior Maturidade

2



Menor Maturidade

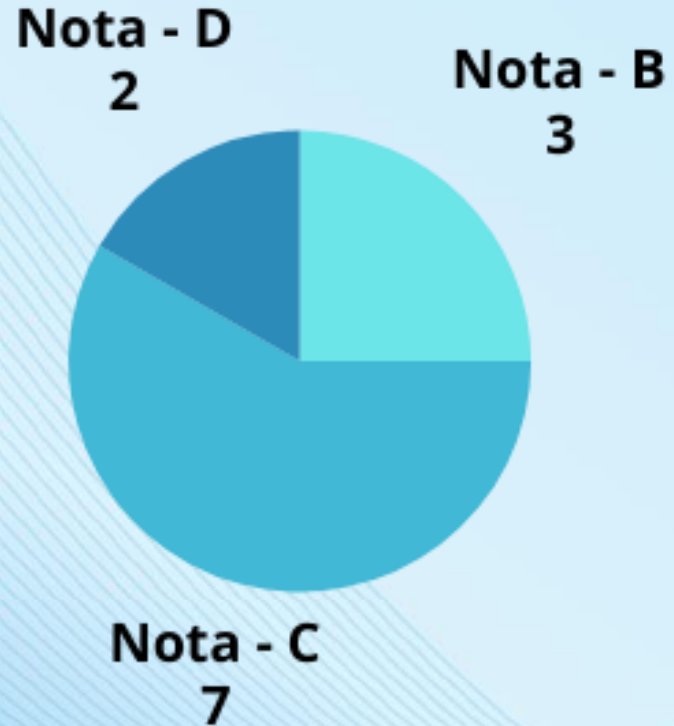
10

RPPS – Previdência

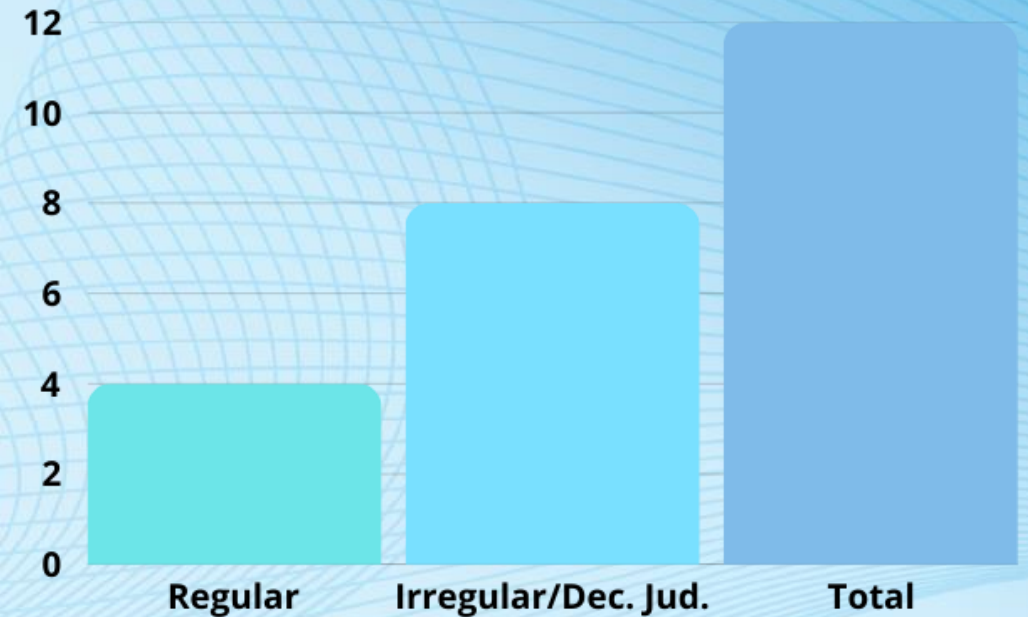
(Fonte: Min. Previdência)

ISP

- Gestão e transparência
- Situação Financeira
- Situação Atuarial



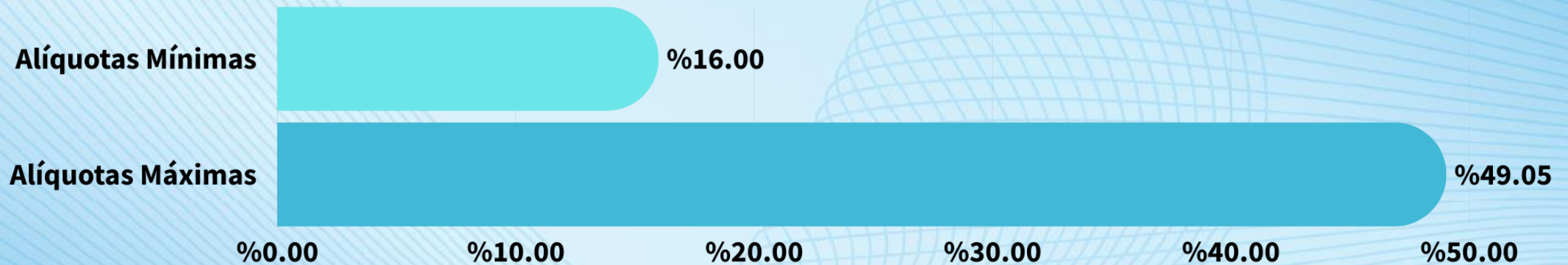
Consistência e Encaminhamento do DIPR



RPPS – Previdência

(Fonte: Legislação municipal recebida)

Alíquotas de Contribuições Patronais (Normal + Suplementar)



Municípios

1. ABREULÂNDIA
2. BARROLÂNDIA
3. CASEARA
4. CHAPADA DE AREIA
5. CRISTALÂNDIA
6. DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS
7. LAGOA DA CONFUSÃO
8. MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS
9. MIRANORTE
10. MONTE SANTO DO TOCANTINS
11. NOVA ROSALÂNDIA
12. PARAÍSO DO TOCANTINS
13. PIUM
14. PUGMIL



Região de Paraíso

Cenários e desafios dos municípios do Vale do Araguaia

Primeira Relatoria

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Primeira Relatoria

Obrigada!

Wellane M. D. Silva
(Auditora de Controle Externo/Assessora de Gabinete de Conselheiro)

